



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Departamento Municipal de Meio Ambiente

Memorando 050/2023

DE: Departamento Municipal de Meio Ambiente

PARA: Setor Jurídico/ Gabinete do Prefeito

DATA: 22/06/2023

O Departamento Municipal de Meio Ambiente, solicitou uma consulta a DPM quanto a aplicação da Lei da Liberdade Econômica – Lei Federal nº 13.874/2019 e seus regulamentos, em relação ao Licenciamento Ambiental, pois o município aderiu ao programa “Tudo Fácil Empresa” e necessita de uma classificação das atividades, quanto ao risco e consequentemente quanto a necessidade de Licenciamento Ambiental, de cada atividade.

E com base na resposta da assessoria da DPM, recomendamos a revisão da Lei municipal nº 2993/2021, principalmente revogando ou alterando a descrição do art. 3º §1º, inciso I desta lei, para que não haja conflitos entre legislações, como muito bem embasado nos pareceres em anexo.

Recomendamos ainda, que o município faça sua própria classificação quanto ao risco, preferencialmente alinhando aos municípios da região, pois esta classificação irá impactar em vários setores da prefeitura, tanto na análise ambiental, de fiscalização, sanitária, quanto a tributária, e também porque cada um destes setores, seguem normas específicas, muitas delas baseadas em estudos técnicos. Depreendemos que a intenção do município em facilitar a legalização de empresas e desburocratizar os atos públicos seja benéfica, mas estas questões devem ter estudos específicos pelos setores impactados, para que não haja conflitos normativos e insegurança jurídica nas suas aplicações.

Deste modo, solicitamos uma análise jurídica destes pareceres em anexo, e uma orientação sobre como o município, através da administração irá proceder na classificação de risco das atividades. Essa orientação embasará os procedimentos públicos não só ambiental, mas de todos os setores envolvidos.

Qualquer dúvida, estamos à disposição!

Respeitosamente,

Vanderlei Santos de Souza
Secretário de Agricultura,
Pecuária e Meio Ambiente
CPF: 512.327.230-53

Elisângela Althaus
Analista Ambiental
CRBio nº 81567/03-D



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Departamento Municipal de Meio Ambiente

Of. DMMA Nº 035/2023

À DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Prezados

O município de Ibirubá, através do Departamento Municipal de Meio Ambiente, respeitosamente, solicita uma orientação na aplicação da Lei Federal nº13.874/2019 que institui a Declaração de Direitos de Liberdade econômica, quanto a classificação de riscos e dispensas de Licenciamento Ambientais.

A Lei Complementar nº140/11, publicada no D.O.U. em 08/12/11, regulamenta o art. 23 da Constituição Federal, estabelecendo as competências em relação à gestão ambiental e, portanto, as atribuições dos entes federativos. Em seu inciso XIV, alínea "a" do art. 9º, a referida Lei deixa claro que é competência dos municípios o licenciamento ambiental das "atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos **Conselhos Estaduais de Meio Ambiente**, considerados os critérios de porte, **potencial poluidor e natureza da atividade**".

No Estado do Rio Grande do Sul a normativa que define as atividades de impacto local é a Resolução do CONSEMA nº 372/2018. Esta resolução também determina em seu art. 4º, §1º que "o município, em função de suas peculiaridades locais, poderá exigir licenciamento ambiental municipal, através de Resolução do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou norma específica, para os empreendimentos e atividades constantes como não incidentes de licenciamento no anexo I desta Resolução."

Desta forma, o município, através do COMDEMA regulamentou algumas atividades, através da Resolução COMDEMA nº 002/2022, em anexo.

Com o advento da Lei Federal nº13.874/2019, o município de Ibirubá aderiu a classificação de risco estabelecido pela Resolução CGSIM nº051/2019, através da Lei

CENTRO ADMINISTRATIVO OLAVO STEFANELLO

Rua Tiradentes, 700 - Ibirubá/RS - CEP 98.200-000 Fone OXX.54.3324-8500 FAX OXX.54.3324-8505 Site www.ibiruba.rs.gov.br
CNPJ 87.564.381/0001-10 E-mail geral@ibiruba.rs.gov.br
"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



municipal nº 2993/2021, art. 3º §1º, I – “ Adotar-se-á no município de Ibirubá a classificação de atividades de baixo risco definidas pela Resolução do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) e suas alterações, caso ocorram.”

Não obstante, na Lei municipal nº 2768/2018 – que rege sobre o Licenciamento Ambiental Municipal, em seu art. 33, aduz que o município licenciara atividades definidas pelos Conselhos estadual (CONSEMA) e municipal (COMDEMA), conforme as atribuições regidas pela LC nº140/2011.

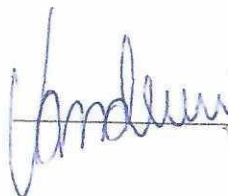
Em um exemplo prático, podemos citar a atividade de Oficina mecânica (Manutenção de veículos) e Chapeação, a qual a Resolução CGSIM nº051/2019 a classifica como risco baixo, dispensando todos os atos públicos, inclusive as licenças e fiscalização; e a Resolução CONSEMA nº372/2018 a classifica como Potencial poluidor médio, ou seja é uma atividade com incidência de Licenciamento Ambiental, inclusive devido a necessária fiscalização quanto a destinação correta dos resíduos, já que geram resíduos perigosos. Outro exemplo de atividades dispensadas de licenciamento ambiental pela legislação federal é Fabricação de calçados, Serviços de usinagem, Lavagem de veículos, entre outras diversas.

Nosso entendimento é que o licenciamento ambiental já está estabelecido no município, e esta regra federal se aplica na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal, conforme art 3º §1º, I da Lei Federal nº 13.874/2019. No entanto, como há divergências entre as leis municipais, aguardamos o parecer desta assessoria, sobre qual legislação seguir e quais alterações legislativas devem ser feitas, de forma que haja isonomia e segurança jurídica nos procedimentos adotados pelo município.

Atenciosamente

Ibirubá, 21 de junho de 2023.


Elisângela Althaus
Analista Ambiental
CRBio nº 81567/03-D



Vanderlei Santos de Souza
Secretaria de Agricultura,
Pecuária e Meio Ambiente
CPF: 512.277.220-53

Porto Alegre, 21 de junho de 2023.

Informação nº 1.362/2023

Interessado: Município de Ibirubá/RS – Poder Executivo.
Consulente: Elisângela dos Santos Alyhaus, Analista Ambiental.
Destinatário: Prefeito.
Consultor(es): Thiago Feltes Marques e Armando Moutinho Perin.
Ementa: Licenciamento ambiental e relação com a Lei Federal nº 13.874/2019 (Declaração de Direitos de Liberdade Econômica). Recomenda-se não conceder qualquer tipo de isenção, ante a observância estrita à Lei Complementar nº 140/2011, Resolução CONSEMA nº 372/2018 e Resolução CONAMA nº 237/1997.

Por meio de consulta, registrada sob o n.º 36.139/2023, é apresentado o Ofício DMMA nº 035/2023, cujos questionamentos objetivam o entendimento a respeito da relação do licenciamento ambiental com a Lei da Liberdade Econômica, considerando a existência de competências definidas pela Lei Complementar nº 140/2011 e ainda, Resolução CONSEMA nº 372/2018.

Feito o breve relato, passa-se a analisar.

1. Partindo-se do reconhecimento da existência de duas forças aparentemente opostas – a necessidade de desenvolvimento econômico e a de proteção ao meio ambiente – MILARÉ pondera que:

[...] o meio ambiente – com seu equilíbrio ecológico e sua qualidade a ser preservada – não pode ser objeto de barganha, dado que é patrimônio da coletividade e bem inegociável. Não pode haver desenvolvimento genuíno se esse patrimônio for sacrificado – e a própria Carta Magna diz que há limites para a atividade econômica. Preservar o meio ambiente nos termos da Constituição não significa

emperrar o desenvolvimento do País, mas, ao contrário, alicerçá-lo¹.

O licenciamento ambiental é o ato administrativo que propõe o equilíbrio descrito supra. O mesmo é conceituado, pela Lei Complementar nº 140/2011, em seu artigo 2º, inciso II, como “o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”. Esse conceito não se afasta daquele previamente estabelecido pela Resolução CONAMA nº 237/1997, no artigo 1º, inciso I, que assim dispõe:

Art. 1º [...]

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

2. Com base no exposto, e iniciando a resposta do tema da consulta, a Lei Complementar 140/2011, no artigo 9º, estabelece que compete ao Município, especificamente em relação ao licenciamento ambiental, o que segue:

Art. 9º São ações administrativas dos Municípios:

[...]

XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, **conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente**, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou (grifamos)

¹ MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 779-780.

b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

XV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, aprovar:

a) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); e

b) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.

A tipologia das atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local está definida na Resolução CONSEMA nº 372/2018, com alterações posteriores, que contém tabela com as tipologias para licenciamento local, conforme o porte do empreendimento ou atividade, bem como indicando o seu potencial poluidor, mediante prerrogativa repassada pela supra Lei Complementar nº 140/2011.

3. Entrou em vigor, no dia 20 de setembro de 2019, a Lei Federal nº 13.874, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório e dá outras providências.

Como bem analisado pelo Boletim Técnico nº 110/2019, desta Consultoria, há impacto, aos Municípios, quanto a importantes alterações no tocante à concessão das licenças e autorizações, especialmente o alvará de localização, com o propósito de aquecer e incentivar o mercado mediante a desburocratização de diversas exigências do Poder Público federal, estadual e municipal, para quem quer empreender e exercer atividades econômicas no território nacional.

Num primeiro momento, não há qualquer legislação apta a trazer, aos órgãos públicos, uma lista de atividades que poderiam ser consideradas como baixo risco, embora houve a tentativa de regularização nesse sentido, por meio da Resolução nº 51, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), de 11 de junho de 2019,

visando definir o conceito de baixo risco para fins da dispensa de exigência de atos públicos de liberação para operação ou funcionamento de atividade econômica, conforme estabelecido na normativa.

Todavia, como demonstra o referido Boletim Técnico nº 110/2019:

A Resolução, em seu art. 3º, definiu graus de "baixo risco e 'baixo risco A' em prevenção contra incêndio e pânico na forma do caput do art. 4º", e "baixo risco ou 'baixo risco A' referente à segurança sanitária, ambiental, incluindo sobre o ambiente do trabalho, e econômica, na forma do caput do art. 5º", regulamentando matérias que, nem por outorga legal, e muito menos constitucional, são de sua competência.

O meio ambiente, a vigilância sanitária e a prevenção contra incêndio são normas de proteção bem específicas com um vasto conjunto normativo, diversos estudos técnicos e órgãos encarregados de editar resoluções próprias.

Logo, a expedição de uma norma por meio de um órgão cujas diretrizes nada têm a ver com estas matérias, inevitavelmente, levanta sérias discussões sobre como harmonizar este conflito normativo.

É nossa opinião que, em caso de eventual conflito entre a Resolução CGSIM nº 51/2019 e as normas ambientais, sanitárias e de proteção ao incêndio, estas últimas devem prevalecer, não podendo o empresário invocar os direitos de liberdade econômica para se eximir do cumprimento de medidas que confirmam um mínimo grau de segurança no exercício de suas atividades.

4. Logo, em relação ao procedimento de licenciamento ambiental, esta Consultoria é contrária ao uso da Resolução nº 51, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), por vários motivos.

O primeiro, em razão de a norma ir de encontro com a legislação consolidada, qual seja, o mencionado art. 9º, da Lei Complementar nº 140/2011, a qual passa aos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente a tarefa e competência de normatizar e definir os empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental, em âmbito local e estadual.

Em existindo tanto o art. 9º, da Lei Complementar nº 140/2011, e demais dispositivos, bem como a Resolução CONSEMA nº 372/2018 e Resolução CONAMA nº 237/1997, a própria Lei Federal nº 13.874/2019 determina o cumprimento aos seus ditames, mesmo que implicitamente².

Em segundo lugar, nem mesmo o prazo diferenciado, trazido à baila pelo art. 3º, inciso IX³, da Lei Federal nº 13.874/2019, tem aplicação nos procedimentos de licenciamento ambiental, posto que, como referido no Boletim Técnico nº 80/2019, “embora busque estipular um processo simplificado e célere para obtenção de licenças” (diga-se, de adesão voluntária pelos entes não federais e que, portanto, num primeiro momento, não vinculados aos Municípios), vai de encontro com o §10º, do art. 14, da Lei Complementar nº 140/2011:

Art. 14. Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento.

[...]

§3º. O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, mas instaura a competência supletiva referida no art. 15.

² Art. 3º São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal:

[...]

II - desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados, sem que para isso esteja sujeita a cobranças ou encargos adicionais, observadas:

a) **as normas de proteção ao meio ambiente**, incluídas as de repressão à poluição sonora e à perturbação do sossego público; (grifamos)

³ Art. 3º - [...]

IX - ter a garantia de que, nas solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica que se sujeitam ao disposto nesta Medida Provisória, apresentados todos os elementos necessários à instrução do processo, o particular receberá imediatamente um prazo expresso que estipulará o tempo máximo para a devida análise de seu pedido e que, transcorrido o prazo fixado, na hipótese de silêncio da autoridade competente, importará em aprovação tácita para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas na lei;

Portanto, tanto a Lei Federal nº 13.874/2019, quanto a norma da CGSM não permitem ou induzem, a nosso ver, a possibilidade de isenção de licenciamento ambiental, ou mesmo a estipulação de prazos e ritos diversos daqueles trazidos pela Resolução CONSEMA nº 372/2018, mesmo às atividades tidas como de baixo risco, razão pela qual a orientação desta Consultoria é que se dê seguimento aos processos administrativos ambientais nos estritos termos da legislação em vigor atualmente, em relação ao Meio Ambiente (tanto a LC nº 140/2011, quanto a mencionada normativa do colegiado de meio ambiente estadual).

São as informações.

Documento assinado eletronicamente
Thiago Feltes Marques
OAB/RS nº 84.763

Documento assinado eletronicamente
Armando Moutinho Perin
OAB/RS nº 41.960

	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme o art. 1º, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 1.419/2006, de 19/12/2006. Para conferência do conteúdo, acesse, o endereço www.borbapauseperin.adv.br/verificador.php ou via QR Code e digite o número verificador: 846042412404053319</p>	
--	--	--